

Carvalho, I. C. M. Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea In: Novaes, Regina e Vannuchi, Paulo (orgs). Juventude e Sociedade; trabalho, educação, cultura e participação. Fundação Perseu Abramo e Instituto da Cidadania, São Paulo, 2004.

AMBIENTALISMO E JUVENTUDE: O SUJEITO ECOLÓGICO E O HORIZONTE DA AÇÃO POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Isabel Cristina Moura Carvalho¹

A preocupação ambiental no Brasil e no mundo tem se constituído como aglutinadora de um campo de relações sociais. A constituição do ambiental enquanto um campo (Bourdieu, 1989) traduz os tensionamentos éticos e políticos acerca de uma nova ordem societária e torna possível falar em um *sujeito ecológico*. Investido da crítica ecológica contracultural à sociedade instituída, o sujeito ecológico, enquanto um tipo ideal, remete a um *modo instituinte de ser*, posicionado à margem (alternativo) e animado pela pretensão libertária de deslocar as fronteiras entre militância e estilo de vida, intimidade e esfera pública, opções individuais e transformação coletiva, constituindo parte de um novo horizonte para a ação política ambiental.

O campo ambiental é portador dos dilemas contemporâneos que afetam esfera política, particularmente no que diz respeito as escolhas e ações presentes que vão incidir sobre o futuro, enquanto projeto de vida comum. A política aqui é tomada no sentido de Hanna Arendt (1989), como esfera pública, espaço por excelência da ação humana enquanto convivência com os outros humanos e partilha nas decisões sobre os destinos dos bens comuns. Neste sentido, os bens ambientais vêm se instituindo na esfera pública com o status de Bem comum de grande relevância para a sociedade. Como tal, a questão ambiental tem alcançado um lugar destacado nos embates sobre a construção social do futuro da comunidade humana, vinculando as atuais e as novas gerações numa esfera de negociação de projetos de sociedade e modos de engajamento político.

¹ Psicóloga, doutora em educação. Professora da Universidade Luterana do Brasil – RS
e-mail: icmcarvalho@uol.com.br

A questão ambiental, opera, assim, como uma ampliação da esfera política ao expandir as fronteiras da Polis para nela incluir os bens ambientais — entendidos nas suas acepções de recursos naturais, de natureza como um todo, ou ainda de condições ambientais desejáveis. Nesta direção, o ambiente tende a ocupar o lugar de um novo sujeito de direito como sugere Michel Serres, em sua defesa do “contrato natural”. Por outro lado, dentro dos processos de crise da política, a preocupação ambiental pode ser retraduzida em termos de uma apaziguada consciência individualista ancorada em comportamentos ambientalmente corretos. Enquanto isso, as bases da vida humana no planeta se transformam rapidamente em *commodities* no fluxo do livre comércio, reiterando a distribuição desigual e excludente dos bens sociais, como denunciam os movimentos por justiça ambiental.

Atravessado pelo conflito que opõe o caráter público dos bens ambientais à sua privatização, o campo ambiental é palco de acirradas disputas que se expressam nas investidas pela privatização dos bens ambientais indispensáveis a vida — como o controle sobre a água ou sobre os genes e a biodiversidade, para citar apenas alguns exemplos das novas fronteiras de avanço do mercado no processo de apropriação privada do meio ambiente. Como afirma Santos, a questão ambiental no processo de mundialização "*pode tanto redundar num conflito global entre o Norte e o Sul, como pode ser a plataforma de um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional*" (1995: 296).

O que está em jogo na tensão entre a publicização/privatização dos bens ambientais é a sobrevivência não apenas da vida biológica (humana e da natureza) no planeta, mas da vida política, da esfera pública e da possibilidade de construção ou de declínio do laço societário que pode definir um futuro mais ou menos sustentável para a Polis humana. É nesta fronteira continuamente redesenhada entre as esferas pública e privada, compreendida como faixa de permanente negociação inter e intra-subjetiva, que reside uma das vias significativas de aprendizado e experiência política dos jovens. Aí se constitui o campo tenso das possibilidades de engajamento e de atribuição de sentidos para a ação política dos sujeitos contemporâneos de um modo geral, e dos jovens em particular.

Destacando o marco geracional na análise do engajamento político, encontramos na juventude brasileira uma geração que, em seu percurso de sociabilidade política, acede à esfera pública no coração da crise da política. Diferentemente das gerações

anteriores que trazem em suas histórias de vida experiências de participação política baseadas nos ideais revolucionários socialistas, na ação sindical e na organização dos trabalhadores face ao conflito de classes, a inquietude política dos jovens encontra hoje outro ambiente de recepção. O campo da ação política hoje se apresenta menos nucleado pelo confronto ideológico da sociedade de classes. Traz as marcas da redefinição das fronteiras entre as esferas pública e privada, da valorização da cultura, das identidades e do meio ambiente como novos espaços de expressão política.

Do reconhecimento dos pares ao reconhecimento de sua cidadania, os jovens são particularmente sensíveis a ação coletiva e afirmativa². Os desejos de inserção, visibilidade e participação incluem a ação na esfera pública como espaço de afirmação do jovem e ao mesmo tempo rito importante de passagem para vida adulta. A potência de ação e de participação da juventude encontra nesta geração um contexto de recepção atravessado pelas novas configurações da ação política e também seus novos limites. A ação política está, muitas vezes, mediada por uma cultura individualista e padronizada de maneiras de ser que restringe a participação do jovem ao espetáculo de subjetividades pré-moldadas, expostas a uma falsa arena pública como, por exemplo, no fenômeno dos *realities shows* (Khel, 1996); ou nos apelos a uma *subjetividade fashion* (Sawaia, 2002) remetendo o sujeito para dentro de si e para fora da política, acentuando o rumo de uma sociedade narcísica onde o vínculo social se enfraquece³.

A questão ambiental surge, a despeito deste delicado contexto, como uma causa com grande potencial de identificação e nova oportunidade para o engajamento social e político dos jovens no Brasil, como mostrou Novaes (2002). Uma consciência ambiental, ainda que difusa, parece estar se disseminando entre segmentos jovens, ao menos enquanto potencial motivação para ação coletiva (Crespo, 2002; Amstalden & Ribemboim, 1998). A valorização da natureza e a preocupação com o futuro do planeta tem se mostrado particularmente atrativa para formação de grupos jovens para ação ambiental, como se pode ver pela forte presença jovem entre voluntários e ativistas de grandes ONGs ambientalistas como *Greenpeace*, Amigos da Terra, World Wildlife Foundation (WWF) entre outras.

² Sobre o papel do jovem como ator social ver o interessante artigo de Dayrell (2003).

³ Neste contexto de desenraizamento de uma arena política algumas formas de ação grupal entre jovens corre o risco de manifestar-se sob a forma de demonstrações de força e demarcação de territórios privados sobre espaços públicos como em algumas manifestações de gangues e galeras. Sobre estes fenômenos da juventude urbana ver Vianna, 1997 e Guimarães, 1998.

Diante disto, a questão que se impõe discutir, interroga os sentidos do engajamento ecológico enquanto um caminho de politização dos jovens em tempos de crise da política e de busca de novas formas de organizar o laço sócio-político. Como mostram Boy, Muxel e Roche (1994) o que parece atrair os jovens para ação ecológica como um tipo novo de engajamento político é sua centralidade em problemas concretos em oposição ao tradicional debate ideológico visto pelos jovens como supostamente estéril; a atração pelas causas planetárias ultrapassando os conflitos locais; e a valorização de uma dimensão ético-moral que estes percebem como ausente das práticas políticas tradicionais⁴. Seguindo as pistas trazidas por este estudo, podemos pensar que, também no caso brasileiro, a força de atração de uma sensibilidade política ecológica parece residir justamente no seu distanciamento das formas tradicionais da política. E, se for assim, cabe manter a pergunta pelo significado desta “distância da política tradicional” ou ainda, desta “distância da política” como força distintiva e atrativa da via ecológica de politização da juventude.

Para seguir desdobrando esta questão, é preciso aprofundar as configurações do campo de ação ambiental enquanto parte instituinte das transformações da cultura política. Sintoma dos movimentos díspares da renúncia e do reinvestimento, da negação e da reinvenção da política que aparecem como pontas de um iceberg, cuja fissura é mais abissal e cujos tremores fazem eco no caleidoscópio dos novos e velhos modos de existir político do sujeito contemporâneo, particularmente o jovem.

A MILITÂNCIA ECOLÓGICA E A REVOLUÇÃO DA REVOLUÇÃO

⁴ Este estudo discute os resultados de uma pesquisa sobre a juventude ecologista na França. Faz parte de uma interessante coletânea organizada por Pascal Perrineau (1994) cujo eixo é o debate sobre o engajamento político na tensão entre o declínio ou a mutação da ação política na contemporaneidade.

"Você, por exemplo, pode acordar amanhã com uma vontade irresistível de colar cartazes ou de ajudar na produção de uma festa ou de brigar pela preservação de uma área verde que você gosta, mas que querem destruir. Por que não? E se você acordar amanhã com vontade de militar suas reclamações? Isso não vai fazer você um soldado atrelado à causa e por esse motivo preso para sempre num beco sem saída. Se o cotidiano fosse levado mais a sério, a mistura seria mais harmoniosa. No momento em que essas reclamações forem inseridas no ritual 'de todo dia' elas vão ser mais facilmente realizadas e com mais prazer: e os militantes vão ter mais noites livres para ir ao cinema". (Denise Crispun, Partido Verde, "Propostas de ecologia política", 1986)

Esta convocação, nada ortodoxa, é emblemática de uma guinada cultural, em direção a novos estilos e formas de pensar a *ação política*⁵, particularmente evidenciada no campo ambiental. A declaração acima — feita por uma militante que se apresenta como "autora teatral, roteirista e militante do Partido Verde (PV)" — está na coletânea de textos organizada por ocasião do lançamento do PV no Rio de Janeiro, em 1986. Aquele ano, meados da década de 80, registra o fortalecimento da presença do ideário ecológico e de seus militantes na cena política brasileira.

Esta fala e seu contexto — lançamento do PV no Rio de Janeiro, tempo de mobilização para a Assembléia Nacional Constituinte, ano da campanha do Partido dos Trabalhadores (PT) em coligação com o PV para governador do Rio de Janeiro, realização do *abraço à lagoa Rodrigo de Freitas* — são ilustrativos das mudanças nos referenciais de militância, nos discursos políticos de esquerda, e afinal, dos questionamentos sobre o que

⁵ Entendo aqui o conceito de ação política no sentido de Hanna Arendt (1989:15), onde: "a ação, única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que homens e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo. Todos os aspectos da condição humana têm alguma relação com a política; mas esta pluralidade é especificamente a condição - não apenas a *conditio sine qua non*, mas a *conditio per quam* - de toda a vida política".

se considera a própria esfera da política⁶. A política como *estilo de vida* (Giddens, 1994; Roszack, 1972), também relacionada à virada cultural do novos movimentos sociais transclassistas e à nova esquerda, é uma transformação importante na cultura política⁷ com forte expressão no mundo ambiental. Dentro deste campo, os percursos de vida e as experiências políticas estão marcados por um movimento de dupla face: inserção num trânsito coletivo para fora da política vista como tradicional em busca da nova política e a experiência pessoal e singular dessas mudanças. Assim, trata-se, na primeira parte deste artigo, de trazer essa discussão sob o foco dos *trânsitos na política*, particularmente contextualizados nas tensões que demarcam a política ecológica. Na segunda parte tem lugar o aprofundamento do debate sobre política, ela mesma posta em xeque no cenário de uma *política em trânsito*, marcada pela autonomização e estetização dos sujeitos e da ação. Uma problemática que, mesmo expressando-se de forma exemplar, não se circunscreve ao campo ambiental, revelando as vicissitudes da política nas condições de crise da modernidade.

Neste contexto, a entrada da *natureza* ou *meio ambiente* no campo da política pode ser vista como uma ampliação da esfera pública, na medida que os destinos da vida, enquanto *Bios*, conquistam um espaço crescente como objeto de discussão política na sociedade. Como propôs Serres (1991), haveria que introduzir a natureza no pacto

⁶ A entrada das questões e atores ambientais na arena política brasileira se materializa através de articulações significativas, como a associação, desde 1985, de entidades e militantes ambientalistas para a eleição de representantes para o Congresso Constituinte. Apesar de todos os conflitos e dissensos, esta articulação conseguiu eleger um parlamentar (Fábio Feldman) que representou o segmento ambientalista no Congresso Constituinte. Vale lembrar que o capítulo de meio ambiente na Constituição Brasileira, promulgada em 1988, é considerado um dos capítulos mais avançados da Constituição. A fundação dos Partidos Verdes, sucede um longo tempo de debates no seio do movimento sobre a relação entre ecologia e política e a oportunidade ou não de um Partido Verde. O primeiro núcleo do PV foi organizado no Rio de Janeiro, e reuniu militantes conhecidos como Carlos Minc, Fernando Gabeira e Lizt Vieira. O PV carioca criou o fato político mais significativo naquele ano com o lançamento da candidatura de Fernando Gabeira a governador do Rio de Janeiro, em coligação com o Partido dos Trabalhadores. A campanha foi marcada pelo discurso e pelo modo *alternativo* de fazer política, tendo grande aceitação junto à população de classe média intelectualizada carioca, com capacidade de conclamar grandes contingentes em manifestações como o *abraço* à Lagoa Rodrigo de Freitas.

⁷ Uso aqui o conceito de cultura política conforme a definição de Chartier (1995: 27): "campo de discurso político, com uma linguagem cujas matrizes e articulações definem as ações e os enunciados possíveis dando-lhes sentido".

civilizatório através de um "contrato natural"⁸. Contudo, se podemos falar de uma politização da natureza pelos movimentos sociais e lutas ecológicas emancipatórias, também se pode observar a tênue fronteira que aponta para uma biologização da política, ou seja, a afirmação de uma suposta *ordem natural* — o *Bios* — sobre a *Polis*.

A tensão entre ampliação e/ou redução da esfera pública evidencia a pergunta sobre as possibilidades emancipatórias ou desagregadoras de um fazer político orientado pelo ideário ecológico. Muitas vezes o apelo ecológico busca legitimar-se a partir dos riscos dos desequilíbrios ambientais, no entanto, a crise ecológica *real* não oferece em si nenhum substrato para uma orientação política ecológica. A crise dos recursos naturais e a consciência dos riscos que afetam a vida das populações e do planeta pode tanto atuar como uma força agregadora, contribuindo para a formação do que Habermas (1995) chamou de uma *comunidade de riscos compartilhados*; quanto reforçar os mesmos mecanismos de desintegração social e ambiental que tendem a acelerar a apropriação dos bens ambientais pelos interesses privados, degradando não apenas a base de sustentação material do planeta mas também as bases dos vínculos de solidariedade social. É neste sentido que, já na década de 70, alertava Gorz (1978) sobre o problema da apropriação dos bens ambientais (ecossistemas, paisagens, formas de uso dos recursos naturais) e do discurso ecológico pela lógica capitalista, resultando no que ele chamou de *ecofacismo*.

Outro aspecto que tem sido objeto dos críticos da política ecológica e do movimento alternativo (Dupuy, 1980; Alphonse, 1992; Huber, 1985) são os paradoxos da autonomia, que atravessam as propostas ecológicas para a sociedade. Neste sentido, a problemática dos fundamentos filosóficos da autonomia do sujeito na tradição cartesiana e suas expressões problemáticas no campo ambiental — seja pela via da ligação direta com a Terra, sem mediações, seja pela via da *vontade de desacoplamento* em relação à Terra — já foi formulada por Grün (1996) como desafio para uma ética da educação ambiental.

Contudo, a crítica mais dura à radicalização da autonomia no projeto emancipatório é desfechada por Ferry (1994), que vê na trajetória de uma esquerda

⁸ "Volta a natureza! Isto significa: ao contrato exclusivamente social juntar o estabelecimento de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade onde a nossa relação com as coisas deixaria domínio e posse pela escuta admirativa, pela reciprocidade e pela contemplação. (...) Contrato de simbiose: o simbiota admite o direito do hospedeiro, enquanto o parasita — nosso estado atual — condena à morte aquele que pilha e que habita, sem tomar consciência de que no final condena-se a desaparecer" (Serres, 1991:51).

libertária e democrática egressa de maio de 68, e na sua *ética da autenticidade*⁹, o protótipo do *ecologista reformista*. O autor chega a se perguntar se é possível pensar a ecologia como uma força política *per se*. Sua preocupação recoloca o paradoxo da radicalização da autonomia como emancipação individual e a dificuldade da ação política no campo ambiental. Para ele, a mentalidade autonomista dos anos 60, com sua *ética da autenticidade* teria transformado o *tu debes*, de uma ética que previa o controle das inclinações egoístas em favor do bem comum, num convite do tipo: seja você mesmo, "que pretende favorecer a auto-realização através da idéia de que a lei, longe de se nos impor do exterior, é imanente em cada indivíduo particular" (Ferry, 1994:186).

Ao final, Ferry argumenta que esse individualismo democrático e autenticitário é o que sustenta a vontade de preservar o meio ambiente. Assim, conclui que a ecologia não é uma força política em si e, na medida em que é compartilhada por uma imensa maioria, não possui uma vocação exclusiva para o poder. Desta forma, não vê sentido em um Partido Verde. Não gostaríamos de entrar aqui neste debate que tanto ocupou e dividiu os ecologistas nos anos 80 no Brasil. Não é o objetivo deste estudo aprofundar o caso da política verde como a única expressão da política no campo ambiental. Nossa intenção, ao iniciar este artigo deixando falar o discurso verde, foi a de trazer uma certa dramaturgia da nova ação política e seu modo de distinguir-se da *velha política*, que atravessa não apenas a política verde mas todo o campo ambiental, como eixo diacrítico em relação ao qual se posicionam os diversos atores e se diferencia internamente o próprio campo. Nesta trama de processos e atores, a expressão do ideário ambiental via partido, mas também a participação de diversos grupos e movimentos organizados da sociedade civil, desempenhou um papel fundamental na demarcação do ambiental enquanto esfera de ação política cidadã, isto é, esfera plural de decisões comuns que afetam o interesse público.

Concordamos com Pádua (1991) quando este afirma que o PV no Brasil, bem como nos EUA, foi diretamente influenciado pelo exemplo europeu. Esta ponte é ainda mais direta se verificarmos que muitos dos militantes que estiveram na organização do PV foram os militantes de esquerda dos anos 60 que, exilados na Europa, retornam com a anistia em 1979, trazendo as *idéias verdes* para a cena política brasileira dos anos 80. Estas

⁹ Definida como "viver de outro modo, viver *a la carte*, fazer cada um suas próprias escolhas, viver sua vida" (Ferry, 1992:187).

idéias estão marcadas pelo debate europeu sobre ecologia e pacifismo e, sobretudo, por uma política inspirada na contracultura e na luta das minorias. Entretanto, é importante dizer que no Brasil, diferentemente da experiência européia que os inspira, os movimentos ecológicos nem sempre se constituíram no guarda-chuva articulador de um conjunto amplo de lutas alternativas. O PV no Brasil não teve a expressão política nem o caráter articulador que se pode verificar, notadamente na França e Alemanha¹⁰.

De toda forma, seja como partido ou movimento, a presença do ecologismo na cena pública passa pela interação com as lutas pacifistas e movimentos de minoria que caracterizam a nova cultura política onde o projeto emancipatório passa a incorporar as lutas identitárias e a preocupação com a natureza identificada por Giddens(1994) como *política da vida*¹¹. Neste marco, destaca-se a articulação dos movimentos ecológicos a um conjunto de outros movimentos sociais de corte cultural e transclassistas. Este fenômeno, pelo seu caráter inovador em termos de tipo de reivindicação, perfil de classe dos militantes, e *performances* de ação, foram denominados pelos analistas políticos de "novos movimentos sociais" (Evers, 1984; Durham, 1984; Sherer-Warren, 1987; Cardoso, 1983). A identidade dos *novos movimentos* se define, portanto, na sua contraposição aos movimentos estruturados predominantemente sobre o conflito de classes e a oposição capital-trabalho. Os novos movimentos vão ser vistos como aqueles que põem em ação uma nova cultura política de esquerda, também chamada *nova esquerda*, marcada pelo caráter

¹⁰ Os PVs na Europa foram catalisadores das reivindicações emancipatórias de um conjunto de movimentos de minorias em torno de uma agenda comum e sua formação é um fenômeno típico dos anos 80. Como registra Pádua (1991), mesmo em países como a Inglaterra, onde já em 1973 se constituiu o primeiro partido identificado claramente com a ecologia, é significativo observar que o *Ecology Party* inglês, muda seu nome, em 1985 para *Green Party*. Também na França, onde os ecologistas participam de eleições regionais desde março de 1973 e nacionais em 1974, com a campanha do candidato ecologista René Dumont nas eleições presidenciais, um Partido Verde só vai surgir em janeiro de 1981. Na Alemanha, os verdes (*Die Grünen*) chegam em 1983, via eleições, pela primeira vez ao Parlamento Federal, com o número expressivo de 27 deputados. Para uma interessante análise da crise da *identidade verde* pensada desde o percurso do PV alemão e seus atuais dilemas como um partido no governo, ver o artigo de Wiesenthal, 1999.

¹¹ "A política da vida não é uma política de oportunidades vitais, mas de estilo de vida. Ocupa-se das disputas e das lutas sobre como devemos viver (como indivíduos e como humanidade) num mundo que era determinado pela tradição e pela natureza e está agora submetido às decisões humanas" (Giddens, 1994:24).

emancipatório e afirmativo das lutas por novos direitos, mais do que pelo enfrentamento do modo econômico de produção capitalista¹².

No conjunto destes novos movimentos sociais, a temática ambiental, ao lado das questões de gênero, parece ter sido uma das que mais conseguiu penetrar na diversidade das lutas sociais nas últimas décadas e alcançar certa legitimidade em diferentes segmentos sociais; inclusive no âmbito das lutas populares e sindicais que, de certa forma, foram, em um determinado momento, o contraponto destes novos movimentos. Os chamados movimentos sociais tradicionais, como os populares e os sindicais, vão constituir-se, por sua vez, como horizonte histórico que configura as condições de recepção e, conseqüentemente, alcance e legitimação dos novos movimentos. Nesse sentido, a cultura revolucionária dos anos 60/70 será a referência forte frente à qual as novas temáticas, como a ambiental, vão afirmar-se nos anos 80/90, ora como contraponto ora como elemento a ser internalizado pelas *lutas tradicionais*¹³.

Assim, mesmo demarcando seu lugar fora e contra os marcos da ação política vista como *tradicional*, não se poderia pensar os movimentos ecológicos, a ecologia política, nem o leque mais amplo da questão ambiental no Brasil, sem levar em conta o importante papel que tiveram em sua configuração os movimentos sociais rurais e urbanos dos anos 70 e 80, bem como os movimentos populares ligados à educação popular, à *Igreja da Libertação* e às Comunidades Eclesiais de Base. Muitos ecologistas tiveram em sua própria trajetória uma inserção pessoal na chamada *política tradicional*. Várias destas lideranças foram ativos militantes dos movimentos revolucionários dos anos 70. Tiveram sua formação política no contexto católico da libertação. Foram exilados. Viveram a experiência da clandestinidade e do centralismo democrático. Assim, a contraposição entre os marcos da cultura política revolucionária dos anos 60/70 e a luta democrática dos anos 80 é, para muitas lideranças ecologistas, parte de sua história e de seus conflitos pessoais. Por essa razão, os relatos sobre as relações com a política possuem o tom apaixonado de

¹² Esta análise do ambientalismo no contexto dos novos movimentos sociais foi desenvolvida em um outro trabalho publicado no início dos anos 90 (Carvalho, 1991).

¹³ Tornaram-se célebres as frases como "a luta ecológica não esta nem à direita nem à esquerda, mas à frente" (Gabeira, 1986); "O Partido Verde não se define ideologicamente nem à esquerda nem à direita. Ainda bem!" (Vilmar Berna, 1986). Frases como estas foram inúmeras vezes repetidas por lideranças ecologistas, tanto no Brasil como na Europa, que situavam a ação ecologista fora dos marcos do que era visto por esses atores como a *velha política*.

quem está revendo e mudando a própria vida, numa construção ao mesmo tempo individual e coletiva.

OS PARADOXOS DA AUTONOMIA

Reposicionar *ego* e *socius*, privado e público, ética e estética, tendo como pano de fundo a autonomização do sujeito e das esferas de ação sociais, é o drama da nova esquerda contracultural, mas, como vimos, vai bem além desta. Figueiredo (1995) reconhece o valor da autonomia como inexoravelmente associado ao próprio surgimento do indivíduo moderno:

“O indivíduo, além de unidade biológica, converte-se em valor e, podemos acrescentar, em *problema*. Desde então, a igualdade formal básica entre todos e a autonomia de cada um no desenvolvimento pessoal, tornam-se as metas e os meios da existência social plena” (Figueiredo, 1995:100)

Esta problemática repõe um dilema cujas raízes mais profundas podem ser encontradas na radicalização das tendências conflitivas que constituem a modernidade — emancipação e controle (Giddens, 1991); racionalização e subjetivação (Touraine, 1994); razão universal e individualismo (Harvey, 1993); subjetividade e cidadania/regulação e emancipação (Souza Santos, 1995).

Desta maneira, de acordo com a concepção de política da qual partem — e da aposta mais ou menos otimista no projeto emancipatório moderno — diversas análises vão destacar na condição contemporânea os sinais de dissolução, declínio e mesmo morte da política; ou ainda, os sinais vitais da emergência de uma nova política.

No extenso debate sobre as vicissitudes da política na modernidade, seria possível, grosso modo, identificar pelo menos três ênfases predominantes: i) os que destacam o aspecto de decadência da política na situação contemporânea; ii) os que concordam com o diagnóstico de crise da política mas que argumentam sobre possíveis saídas através da repactuação das relações público-privado; e iii) os que preferem ressaltar os aspectos promissores dos novos espaços emancipatórios nas mudanças da cultura política contemporânea.

No primeiro grupo podem-se situar autores como Arendt (1989), Sennett (1989) e Hobsbawm (1995), que detectam na sobreposição da esfera privada sobre a pública, do indivíduo sobre o coletivo ou, como nomeou Hobsbawm, do *eu* sobre o *nós*, um sinal de crise da política, da esfera pública e uma ameaça aos laços societários. Hannah Arendt discute a condição humana na modernidade tomando-a em contraposição ao paradigma greco-romano, como estando marcada pela alienação do mundo. A autora reflete sobre as diluições das fronteiras entre os domínios do público e do privado indicando o declínio da esfera pública - o lugar do político e da ação humana por excelência. Vê na modernidade a emergência de uma nova esfera social que representa a ascensão dos interesses privados ao domínio público. A reflexão de Sennett, no mesmo sentido da análise de Arendt, aponta para uma compreensão do esvaziamento da esfera pública associado à crise da modernidade. Para o autor, os "sinais gritantes de uma vida pessoal desmedida e de uma vida pública esvaziada são resultantes de uma mudança que começou com a queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana, secular e capitalista" (1989: 30). Sennett chama a atenção para a singularidade da experiência moderna de privacidade, de onde decorre uma tendência de psicologização dos problemas relativos ao campo do público, discutindo o problema do retraimento social como contraface dos processos emergentes de psicologização dos assuntos públicos. O autor entende as obsessões atuais para com a individualidade e a intimidade como tentativas de resolver, pela negação, o problema do público, já colocado desde o século XIX – que, segundo seu ponto de vista, ainda não terminou. Hobsbawm, em sua análise sobre o século XX, vai detectar nas mudanças sociais e culturais das últimas décadas um deslocamento no campo da política do "domínio do 'nós' para o 'eu'" (Hobsbawm, 1995:300). Mostra que até os anos 60 houve uma prevalência na percepção dos trabalhadores de que não poderiam melhorar a sua sorte pela ação individual, mas através de organizações definidoras de sua identidade de classe como os partidos e movimentos operários. Com os vários processos de privatização da vida impulsionados pela "tecnologia do dinheiro e a lógica do mercado" o autor indica o fortalecimento de uma cultura individualista e fala de uma "revolução cultural de fins do século XX que pode ser entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais" (Hobsbawm, 1995: 328).

Na segunda posição, predominam reflexões como a de Habermas (1984) que aponta para uma necessária *rearticulação*, ou a de Bauman (2000) que aponta para uma *tradução* das relações privado-público como caminhos para a política e o projeto emancipatório moderno. Nesse sentido, Habermas incorpora a crítica fundamental de Arendt à sociedade moderna e aos processos de despolitização e privatização da esfera pública como ameaças às condições de exercício legítimo do poder. No entanto, amplia o conceito aristotélico-arendtiano de política que, tomando como base a *polis* grega, restringe a esfera pública aos cidadãos que efetivamente tem interesse em temas públicos. Habermas, embora reconheça a decadência da esfera pública burguesa, reafirma o projeto moderno como inacabado e potencialmente libertário. O imbricamento entre o privado e o público indica a complexidade da sociedade moderna, cujo desafio é respeitar a relativa autonomia de cada uma dessas esferas, impedindo-se que uma seja reduzida ou subordinada à outra¹⁴. Em Bauman também encontramos o argumento de uma *desconstrução da política*, tendo em vista as dificuldades de tradução entre a esfera privada e a pública e as conseqüências de sua autonomização e privatização. Para o autor, o *público* recuou para buscar abrigo em lugares politicamente inacessíveis e o *privado* está a ponto de retirar-se para a própria auto-imagem. Contudo, como Habermas, Bauman também aponta para um caminho de superação da crise: "Para adaptar a *Agora* aos indivíduos livres e à sociedade livre é preciso interromper ao mesmo tempo sua privatização e despolitização. É preciso restabelecer a tradução do privado para o público" (2000:113).

¹⁴ Para Habermas, que analisa a constituição da esfera pública burguesa e suas mudanças estruturais à luz das condições do Estado moderno, os domínios do público e do privado interpenetram-se. Isto marca a estrutura básica da esfera pública burguesa do século XVIII "entendida como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público" (1984: 42). A constituição moderna do público se faz principalmente através da esfera pública literária que mediatiza as experiências entre as esferas da privacidade e do espaço público. Como afirma o autor: "A representação dos interesses de uma esfera privada da economia de trocas é interpretada com a ajuda de idéias [esfera pública literária] que brotaram do solo da intimidade da pequena-família: a 'humanidade' tem aí o seu local genuíno e não, como corresponderia o seu modelo grego, na própria esfera pública" (Habermas,1984:68-69). Sobre a relação entre os domínios do público e privado e a constituição das esferas sociais destaca-se a noção de *colonização/ descolonização entre o mundo vivido e sistema*, indicando, como proposta política de Habermas, a necessidade de preservar a autonomia relativa das esferas, bem como reacoplar o mundo vivido ao sistema, descolonizando-o da lógica sistêmica. Aí residiria a possibilidade da autonomia, autodeterminação e auto-realização da sociedade moderna. Sobre esta discussão em Habermas, ver Hermann, 1999 e Freitag, 1993.

De outro lado, autores como o próprio Roszak (1972), Giddens (1991, 1994) e Souza Santos (1995, 2000) tendem a enfatizar na situação presente a oportunidade de uma recomposição das esferas do público e do privado e a abertura de novos espaços de negociação entre a vida individual e coletiva, e assim, de novas maneiras de fazer política e existir como sujeito político. Roszak, que fala como um analista-militante, tem a perspectiva mais entusiasta. Mesmo ao questionar as conseqüências da recusa à política convencional, deixa claro que simpatiza com as tentativas de inovar, ainda que sob o risco de diluição da política. Para ele, uma política que "não parece absolutamente política" tem a vantagem de ser "inexpugnável as defesas psíquicas e sociais convencionais"(Roszak, 1972:158). Deixa claro que a tarefa de persuadir as pessoas contra a tecnocracia nunca pode ser levada a cabo através de uma militância rígida e inflexível. Desta forma, vê na cena *hippie* uma política da sedução e da persuasão subliminar cujos efeitos podem ser muito mais interessantes que "a oratória apaixonada e sóbria dos comícios, grupos de pressão, o tedioso panfleto efêmero e enfadonha reunião" (*idem*). Para ele, os "festivais revolucionários, atores em lugar de oradores, flores em lugar de panfletos, gozo em lugar de injúrias(...) constituem uma revisão importante da arte de realizar demonstrações políticas" (*idem*). Partindo de uma visão dialética Giddens (1991) aponta para as interações de mão dupla entre uma dimensão pessoal e uma dimensão que ele nomeia de *sistemas abstratos*¹⁵. Deste modo, assume uma perspectiva mais otimista das possibilidades de resposta no nível da vida privada em condições de *alta modernidade*:

"Uma preocupação com a auto-satisfação, não é apenas uma defesa narcisista contra um mundo externo ameaçador, sobre o qual os indivíduos têm pouco controle, mas também em parte uma apropriação positiva de circunstâncias nas quais as influências globalizadas invadem a vida cotidiana". (Giddens,1991: 126)

Giddens, portanto, percebe a vida privada não como uma dimensão residual das mudanças nos sistemas abstratos, mas como uma esfera ativa que comporta reações, de

¹⁵ Uma das premissas básicas do autor para a compreensão da modernidade é que esta comporta um ambiente de alto risco pela dificuldade de controlar a complexidade dos fenômenos que instaura. Na base dos processos de racionalização da modernidade estão mecanismos de abstração que, para serem eficazes, envolvem laços de confiança em instituições que operam nesse ambiente de alto risco (Giddens, 1991).

forma que as mudanças que aí ocorrem também afetam as instituições globalizadas da modernidade. Para Souza Santos (1995), que se autodenomina um *utopista*, vivemos um período de transição paradigmática, tanto no plano epistemológico – da ciência moderna para um conhecimento pós moderno – como no plano societal – da sociedade capitalista para uma forma societal que tanto pode ser melhor como pior" (Souza Santos, 1995: 283). Nessa nova forma societal que ele caracteriza como pós-moderna, a reafirmação da subjetividade no domínio da política poderia ser vista como uma resposta emancipatória à subjetividade coletiva imposta pela modernidade – tanto no capitalismo quanto no socialismo – que subsumiu em si as subjetividades individuais¹⁶. Ao contrário de Hobsbawm – que vê o deslocamento do "nós para o eu" como um legado do fracasso do projeto moderno sobre o qual não se pode construir o futuro, Souza Santos (2000) considera os deslocamentos em direção ao eu como parte da emergência de uma subjetividade da transição paradigmática "para quem o futuro é uma questão pessoal" (Souza Santos, 2000:346), inserida no desafio da invenção de novas formas de sociabilidade emancipatórias:

"A construção de uma subjetividade individual e coletiva, suficientemente apta para enfrentar as futuras competições paradigmáticas e disposta a explorar as possibilidades emancipatórias por elas abertas, deve ser guiada, em meu entender, por três grandes *topoi*: a fronteira, o barroco e o Sul". (Souza Santos, 2000:345)

Assim, pelas experiências da margem, advindas de territórios político-existenciais em dissidência com o paradigma epistemológico e societal dominante da

¹⁶ Souza Santos pensa o projeto da modernidade a partir do equilíbrio entre regulação e emancipação. "O pilar da regulação é constituído por três princípios: o princípio do Estado (Hobbes), o princípio do mercado (Locke), e o princípio da comunidade (Rousseau). O pilar da emancipação, por sua vez, é constituído pela articulação entre três dimensões da racionalidade: a moral-prática (direito moderno), a cognitivo-experimental (ciência e técnicas), e a estético-expressiva (artes e literatura)" (1995: 236).

modernidade, emergem as subjetividades de *fronteira*, do *barroco* e do *Sul*¹⁷. A luta paradigmática aqui é levada a cabo por sujeitos, interpelados pessoalmente e engajados coletivamente num projeto utópico emancipatório, que o autor chama de *viajantes paradigmáticos*, cuja condição instável e dilemática é formulada na bela metáfora da navegação de cabotagem:

"A cabotagem foi a forma de navegação dominante desde tempos imemoriais até a expansão européia do século XV e é usada ainda hoje. Implica navegar fora dos limites, mas em contato físico com eles, e ir realizando outras atividades ao longo do trajeto, como a pesca ou o comércio. Quanto mais longe se estiver e mais pequenos, porque vistos de longe, forem os limites, maiores serão as possibilidades de autonomia. Mas, uma passo a mais, que faça perder de vista esses limites pode transformar uma autonomia estimulante num caos destrutivo". (Souza Santos, 2000:354)

Como na navegação de cabotagem, o projeto emancipatório e autonomista moderno arrisca-se entre as margens do continente e do mar alto, do perigo e da oportunidade, da liberdade e da morte; ou, ainda, da transcendência no mundo e da transcendência do mundo. Na mesma condição de trânsito e risco estão os viajantes desta Nau, em águas e rotas pouco previsíveis. Isto recoloca a discussão sobre as condições da política e da impossibilidade da política relacionada aos paradoxos da autonomia. Autonomia aqui entendida em duas acepções: i) num primeiro plano, como núcleo forte do ideário contracultural e ecológico que busca a transcendência como libertação da ordem; e ii) num horizonte mais amplo, como processo de desreferencialização que tem seu ponto de partida desde um tempo das novas políticas, no clima de transcendência e rupturas dos anos

¹⁷ Há um vasto movimento interpretativo na construção dos sentidos acionados por Souza Santos em sua hermenêutica dos lugares significantes da transição paradigmática em suas possibilidades emancipatórias: a *fronteira*, o *barroco* e o *Sul*. Sem retomar toda a cadeia interpretativa pode-se sintetizar esses lugares. Nas palavras do autor: "O que caracteriza a subjetividade de *fronteira* é conseguir combinar a participação comunitária com a autoria, ultrapassando assim a distinção entre sujeito e objeto". O autor utiliza o *barroco*, enquanto metáfora cultural, artística e histórica para designar uma forma de sociabilidade capaz de explorar e de querer explorar as potencialidades emancipatórias da transição paradigmática por ser um fenômeno latino e mediterrâneo: "uma forma excêntrica de modernidade, o *Sul do Norte*, por assim dizer. A sua excentricidade decorre, em grande parte, do fato de ter ocorrido em países e em momentos históricos em que o centro do poder estava enfraquecido e tentava esconder a sua fraqueza dramatizando a sociedade conformista". Tal como a *fronteira* e o *barroco*, o *Sul* também é usado como metáfora cultural para designar um "lugar privilegiado para a escavação arqueológica da modernidade (...) e a desfamiliarização em relação ao *Norte imperial*" (Souza Santos, 2000:367-368).

60, mas que arrisca aportar, errante, num tempo da não-política, porto anti-utópico da transcendência do mundo.

Considerando todo este debate, cuja sistematização acima está longe de esgotar, não se pode fechar a questão, atribuindo juízos de valor à orientação que pode-se denominar *política do eu.*, cujo destino está atravessado pelo jogo dos reais possíveis da vida em sociedade. Talvez seja mais prudente manter a abertura da reflexão sobre os sentidos que a centralidade do sujeito pode adquirir, no caso da matriz contracultural e no ideário ecológico, sem encerrá-los, de saída, sob o signo de uma subjetivação necessariamente identificada seja a uma alienação do mundo, seja a uma nova via régia para a emancipação do sujeito. Entretanto, a questão sobre as novas formas da ação política e sobre o paradoxo de uma política como saída da política permanece particularmente cara ao campo ambiental e aos modos de subjetivação da ação política ecológica.

SUJEITO ECOLÓGICO E IDENTIDADE POLÍTICA: A JUVENTUDE NAS TRILHAS DA REINVENÇÃO DE SI E DA POLÍTICA

Retomando a idéia de que a preocupação ecológica reconfigura os estilos disponíveis para as formas de sociabilidade política, a questão que vimos perseguindo neste artigo é, em que medida esta se agenciaria com uma renovação do laço de engajamento político, no sentido de uma inserção dos jovens na política; ou, em tempos de crise da esfera pública, privatização dos bens ambientais e dos anseios de participação, o engajamento ecológico poderia sinalizar, para os jovens, uma espécie de entrada na política num tempo pós político. Ou ainda, o exercício de uma *política da saída da política*.

O fenômeno que descrevemos como “paradoxos da autonomia”, destaca esta tensão entre ações que buscam ampliar os espaços de *autonomia no mundo* (emancipação política) e, no limite, ações pós-políticas, isto é, investidas de um desejo de *autonomia do mundo (renúncia do político)*. Esta questão repõe o debate sobre a contribuição da ação ambiental para a esfera pública e para os caminhos de expressão política da juventude, ora ampliando o campo da cidadania e dos direitos, ora restringindo-o com a ameaça de uma excessiva subjetivação e individualização das questões públicas. Esta delicada relação entre o engajamento político e o recuo da política na experiência de iniciação dos jovens na

esfera pública, ao ser formulada, não pretende resolver os dilemas identificados. Trata-se, antes, de identificar as imbricações da emancipação e da autonomia na nova política ecológica como uma antinomia para a qual não é possível reivindicar uma solução definitiva. Afinal, as diversas direções da ação ambiental — rumo à política e à saída da política, à autonomia como conquista *no* mundo e à autonomia como descolamento *do* mundo, à mudança radical e às transformações reformistas — podem ser seguidas, e efetivamente o são, muitas vezes pelos mesmos atores, o que complexifica ainda mais este cenário. Assim, na impossibilidade de fixar o que tem se mostrado dinâmico e que se decide fundamentalmente na multiplicidade das experiências do mundo, cabe refletir sobre as ações e caminhos tomados, com a abertura de quem sabe que a razão participa mas não controla os caminhos da experiência e da produção de sentidos.

É neste sentido que, dentre as múltiplas formas disponíveis de subjetivação das questões políticas contemporâneas, podemos identificar, no campo ambiental, a emergência de um *sujeito ecológico*. Longe de ser uma solução final para as tensões apontadas esta posição de sujeito traz um desdobramento, uma saída provisória, um lugar possível dentro da negociação entre as antinomias do eu e do nós na crise da política. Este sujeito, concebido enquanto um tipo ideal, traduz uma subjetividade ambientalmente orientada, capaz de encarnar os dilemas societários, éticos e estéticos configurados pela crise societária em sua tradução contracultural, tributário de um ideal sociedade socialmente emancipada e ambientalmente sustentável¹⁸. O chão que situa e torna possível o sujeito ecológico é, sem dúvida, a constituição do *ambiental* enquanto um campo de relações sociais que, como vimos, toma parte entre as tentativas de ressignificar os agenciamentos da experiência individual e coletiva.

São diversos os caminhos pelos quais os jovens podem se aproximar dos valores ecológicos, identificando-se em diferentes níveis com os ideais do sujeito ecológico, uma vez que não se trata de uma identidade totalizante. Esta aproximação dos

¹⁸ Abordando a trajetória de militantes e educadores ambientais analisei, em outro trabalho, os sentidos acionados na idealização de um sujeito ecológico, marcadamente nas pré-disposições e atitudes políticas aí cultivadas como a vontade contestatária de fundo romântico, o inconformismo da contracultura, a militância como *habitus*, a constituição de um sentimento de crítica radical, o elogio da *margem* e do *alternativo* como lugar de recusa do estabelecido e reinvenção da existência pessoal e política (2002).

ideais ecológicos pode assumir, de modo não excludente, as formas da adesão a uma luta, a uma ação, a um modo de vida e a um interesse intelectual. Desta forma, nomear-se ecologista ou, ao menos, ecologicamente sensibilizado/simpatizante, pode ganhar os sentidos de adesão a um ideário de ação militante; pode ser uma opção de engajamento grupal pontual e distintiva; ou ainda signo descritor de um interesse ambiental que pode combinar em diferentes gradações a sensibilidade política com a escolha da formação profissional/intelectual. Não se pode esquecer que o surgimento das novas áreas de profissionalização ambiental valorizadas ou re-valorizadas com o advento da constituição de um campo ambiental acena com novos espaços de inserção para o jovem, que sofre com o esgotamento das oportunidades das carreiras tradicionais.

Assim, o sujeito ecológico demarca um campo de ideais disponíveis para a formação identitária do jovem que ingressa na esfera pública e que partilha, em algum nível, de um projeto político emancipatório. A idéia de mudanças radicais cultivada pelo ideário ecológico abarca não apenas uma nova sociedade mas também um novo sujeito que se vê como parte desta mudança societária e a compreende como uma revolução de corpo e alma, ou seja, uma reconstrução do mundo incluindo os estilos de vida pessoal. Este parece ser o elemento diacrítico que confere o caráter promissor e sedutor do campo ambiental em suas esferas de ação política, formação de especialistas, profissionalização e teorização. A máxima registrada por Huber (1985) sobre "quem mudar todas as coisas" na dimensão política das práticas ambientais, evoca o núcleo de crença na mudança radical de que é portadora a promessa ecológica. Esta promessa de uma transformação não apenas política mas *da política*, isto é, da maneira de compreender, viver e fazer política, parece ser um ponto de atração para uma juventude em busca de mudanças, acenando com novos trânsitos e também com novos riscos para a própria esfera política.

BIBLIOGRAFIA

ALPHANDÉRY, P.; BITOUN, P. e DUPONT, Y. *O equívoco ecológico; riscos políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

AMSTALDEN, L.F. & RIBEMBOIM, J. Meio ambiente e jovens. In: CNPD, *Jovens acontecendo na trilha das políticas*. Brasília, v. 1., 1998, p 149-164.

ARENDDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

BAUMAN, Z. *Em busca da política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Editora Difel, coleção Memória e Sociedade, 1989.

BERNA, V. Desafios que precisamos enfrentar. In: GABEIRA, F. et al. (orgs.). *Partido Verde. Propostas de ecologia política*. Rio de Janeiro: Ânima, 1986. p.27-32.

BOY, D. ; MAXEL, A. ROCHE, A. Jeunes ecologists: un portrait en creux. IN: PERRINEUAU, P. *L'engagement politique; declin ou mutación?* Fundación Nacional des Sciences Politiques, Paris, 1994, p. 267 – 290.

CARVALHO, I. C. M. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2ª ed. 2002.

_____. *Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos*. São Paulo: Instituto Florestal de São Paulo, 1991.

CHARTIER, R. Espaço público, crítica y desacralización en el siglo XVIII; los orígenes culturales de la revolución francesa. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.

CARDOSO, R. Movimentos sociais e urbanos: balanço crítico. In: ALMEIDA, M. H. T. e SORJ, B. (orgs.). *Sociedade política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTORIADIS, C.; COHN-BENDIT, D. *Da ecologia à autonomia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CRESPO, S. *O que o brasileiro pensa do meio ambiente*. Pesquisa Nacional de Opinião (1992-1997-2001) Mast/CNPq/ISER, Rio de Janeiro, 2001.

CRISPUN, D. "Nós, os tigres de papel", In: GABEIRA, F. (org.). *Partido Verde: propostas de ecologia política*. Rio de Janeiro: Ânima, Coleção Ânima Verde, 1986. p 79-82.

DAYRELL, J. "O jovem como sujeito social". *Revista Brasileira de Educação*. Set/out/nov/dez 2003, n.24. Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED

DURHAM, E. R. Movimentos sociais e a construção da cidadania. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v.10, out. 1984.

EVERS, T. A face oculta dos novos movimentos sociais. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, v.2, abril, 1984.

FERRY, L. A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.

FIGUEIREDO, L. C. Modos de subjetivação no Brasil. São Paulo, Escuta, 1995.

FREITAG, B. Habermas e a filosofia da modernidade. *Revista Perspectivas*, São Paulo, n.16, 1993, p.23-45.

GABEIRA, F. (org.). *Partido Verde: propostas de ecologia política*. Rio de Janeiro: Ânima, Coleção Ânima Verde, 1986.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

_____. Más allá de la izquierda y la derecha. El futuro de las políticas radicales. Madrid: Cátedra Editorial, 1994.

GORZ, A. *Ecologie et politique*. Paris: Editions du Seuil, 1978.

GRÜN, M. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. Campinas: Papyrus, 1996.

GUIMARÃES, E. Escola, galeras e nacostráfico. Editora da UFRGJ, Rio de Janeiro, 1998.

HABERMAS, J. O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização. In: *Novos Estudos Cebrap*, n.43, 1995.

HABERMAS, J. Mudança estrutural da esfera pública; investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Biblioteca Tempo Universitário n.76, 1984

HARVEY, D. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HERMANN, N. Validade em educação; intuições e problemas na recepção de Habermas. Porto Alegre: Edipucrs, 1999

HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUBER, J. Quem deve mudar todas as coisas; as alternativas do movimento alternativo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

KHEL, M. R. *A mínima diferença*. Imago, Rio de Janeiro, 1996.

LASCH, Christopher. *The minimal self*. London, Picador, 1985.

NOVAES, R. Os Jovens e o Meio Ambiente. In: FELDAMNN, F, CRESPO, S. & DRUMMOND.J. A.(Org) *Rio + 10 Brasil: Uma Década de Transformações*. ISER; Ministério do Meio Ambiente; Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas. Rio de Janeiro. 2002. p. 56 - 62.

PÁDUA. O nascimento da política verde no Brasil: fatores endógenos e exógenos. In: LEIS, H. (org.). *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes/Fase/PUCRJ, 1991, p.135-162.

ROSZAK, T. *A contracultura*. Petrópolis: Vozes, 1972.

SAWAIA, B. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. *Ambientalismo e participação na contemporaneidade*. Educ/Fapesp, São Paulo, 2002, p 115-134.

SENNETT, R. O declínio do homem público. As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SERRES, M. *O contrato natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

SHERER-WARREN, I. *Os novos movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SOUZA SANTOS, B. *Pela mão de Alice; o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez Editora. 1995.

_____. *A crítica da razão indolente; contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez, 2000.

TOURAINÉ, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

VIANNA, H. Galeras cariocas; territórios de conflitos e encontros culturais. Editora da UFRJ, 1997.

WIESENTHAL, H. "Bündnisgrüne in der Lernkurve: Erblast und Zukunftsoption der Regierungspartei". In: *Kommune. Forum für Politik, Ökonomie, Kultur*. Frankfurt, maio,1999. P. 35-50